



Gramsci e o fascismo: uma análise conceitual a partir dos *Cadernos do Cárcere*, de Antonio Gramsci

*Carlos Nicodemos**

Resumo: Para Gramsci, o fascismo foi a resposta ao processo revolucionário iniciado com a Revolução Bolchevique (1917), como, também, pela “crise orgânica” aberta pela I Guerra Mundial. Neste contexto, a hegemonia das classes dominantes estava fragmentada, sendo que as duas forças sociais, a burguesia e o proletariado, disputavam a direção econômico-cultural no mundo ocidental. Mas, a corrida pela hegemonia se dava de modo desigual, onde as classes dominantes possuíam inesgotáveis mecanismos para a manutenção da sua dominação; por outro lado, as classes dominadas deveriam se unificar para poderem conquistar a direção produtiva, enterrando, assim, o modo de produção capitalista em conjunto com as suas relações de classes. Portanto, nessas condições, as classes dominantes utilizaram de revoluções passivas para reforçarem a sua direção fragilizada, retomando o consenso, e desarticulando as classes subalternas em processo de sublevação social.

Palavras-chave: Fascismo; Revolução Passiva; Hegemonia; Partido Político; Crise Orgânica.

Gramsci and fascism: a conceptual analysis based on Antonio Gramsci's *Prison Notebooks*

Abstract: For Gramsci, fascism was the answer to the revolutionary process started with the Bolshevik Revolution (1917), as well as for the “organic crises” opened by World War I. In this context, the hegemony of the ruling classes was

* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: carlosnicodemos89@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3159691746054776>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7592-6460>.

fragmented, with the two social forces, the bourgeoisie and the proletariat, disputing the economic-cultural direction in the Western world. However, the race for hegemony was uneven, where the ruling classes had inexhaustible mechanisms for maintaining their domination; on the other hand, the dominated classes should unify in order to achieve productive hegemony, thus burying the capitalist mode of production in conjunction with their class relations. Therefore, in these conditions, the ruling classes used passive revolutions to reinforce their weakened leadership, resuming consensus, and dismantling the subordinate classes in the process of social upheaval.

Keywords: Fascism; Passive Revolution; Hegemony; Political Party; Organic Crisis.

Introdução

Imerso na crise de seu tempo, Maquiavel (1469-1527), em *O Príncipe*, extraiu do estudo concreto da história a primeira teoria social ligada às condições materiais de vida. O filósofo renascentista desenvolve a sua teoria conceitual tendo em vista os que não sabem, procurando conduzir através da figura do Príncipe, a emancipação política e social dos italianos do século XVI. Em razão dessa afirmação, Gramsci, no Caderno 13 (1932-1934), intitulado, Breves notas sobre a política de Maquiavel, destaca o cerne central da discussão que será desenvolvida na obra carcerária – nos mundialmente conhecidos *Quaderni del Carcere*¹.

O processo de formação da vontade coletiva de um determinado povo, bem como direcionada a um fim político, não pode ser simbolizada, segundo Gramsci, por tratados metafísicos próprios da escolástica, como também por utopias futuristas sem bases materiais sólidas. Não podem conseqüentemente – como ocorreu no fascismo italiano – partir de visões românticas, de regressões que exaltam a raça, o apego fanático ao território nacional e às tradições. Pelo contrário, devem partir dos fundamentos

¹ *Caderno do Cárcere*.

materiais de definido modo de produção que cimentam nas superestruturas, certas condições de vida e de pensamento.

Por isso, a figura do Príncipe formulada por Maquiavel deve estar ligada às classes subalternas atuando sobre o povo desordenado e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva sem perder a medida da razão política revolucionária (GRAMSCI, 2014, p. 13-14). Em razão disso, o despertar nas classes subalternas do momento maquiaveliano, isto é, a potência criadora e progressista do indivíduo político, se faz com seu “[...] protagonismo e suas responsabilidades históricas, a capacidade de se organizar ativamente, de assumir a direção do processo produtivo e a elaboração de novos valores socioculturais” (SEMERARO, 2017, p. 53). Some-se a isso que o Príncipe formulado por Maquiavel, conduziria a criação de outro modelo de Estado, em conjunto com novas relações sociais, políticas e econômicas.

Essa alteza não tão real quanto aos príncipes de outrora, aspirava se transformar em consciência e expressão de um povo, a se confundir com o próprio povo em processo emancipatório. Por isso, o partido político – correspondente ao Príncipe de Maquiavel na contemporaneidade –, deve ser o organizador das massas subalternas no capitalismo avançado rumo à vontade coletiva de um povo liberto. Por outro lado, o partido político, ou o moderno Príncipe, como é denominado conceitualmente pelo filósofo dos Quaderni del carcere, representa, sobretudo, o organismo combativo no enfrentamento das modernas relações políticas impostas pelo que ele definiu por guerra de posição, sendo o fascismo sua maior expressão nas primeiras décadas do século XX na Itália.

Por isso, a confluência desses fatores resulta na capacidade do moderno Príncipe construir tanto a vontade coletiva nas massas populares dispersas, bem como representar o mecanismo de investigação e enfrentamento de poder nas sociedades de capitalismo avançado. Essa relação dialética, afirma o autor, se faz necessária justamente após a passagem da guerra movimento para a guerra de posição. Sendo a principal diferença entre elas: na guerra de movimento a vitória das forças dominantes no conflito de classes impõe ao derrotado, a subjugação do

território; ao passo que na guerra de posição, a vitória não leva à cessação do conflito político, mas à sua continuidade nas trincheiras e casamatas da sociedade civil das desenvolvidas ocidentais².

Gramsci destaca que o desequilíbrio histórico-político nas sociedades ocidentais iniciado com a crise orgânica, responsável por fragmentar a hegemonia³ das classes dominantes, direcionou na península mediterrânea, uma ação restaurativa e reorganizadora frente aos interesses das classes altas, assumindo traços característicos de uma revolução passiva. Essa atividade restaurativa conservadora se manifestou na defesa dos rendimentos das classes dirigentes tradicionais ao passo que despolitizavam completamente as massas populares. Assim, na Itália das primeiras décadas do século XX, essa revolução inativa ocorreu na forma do regime fascista. Por isso Gramsci resgata de Maquiavel o conceito filosófico ligado à figura do Príncipe e o traduz para seu tempo, desenvolvendo suas concepções de partido político (moderno Príncipe), este tão importante no enfrentamento do fascismo italiano.

² As sociedades ocidentais estão marcadas pela presença do Estado integral. Para Gramsci, o Estado integral é a forma assumida pelo Estado burguês nas primeiras décadas do século XX. O Estado integral não pode ser caracterizado apenas como aparelho coercitivo das sociedades capitalistas, ordenado a assegurar sob a força das armas os interesses das classes dominantes, como era próprio nas guerras de movimento. Todavia, no Estado integral prevalece o equilíbrio de interesses das classes antagonicas, sob a direção das classes dominantes-dirigentes. Deste modo, esse modelo de Estado próprio das sociedades ocidentais, resulta, portanto, do nexu dialético entre a coerção (sociedade política), e o consenso (sociedade civil). No Estado integral, a sociedade civil se expande, pois, além de indicar a estrutura econômica, solidifica uma série de conjuntos privados de hegemonia. Quer dizer, a articulação entre a sociedade civil e a sociedade política é uma característica do Estado integral. Nas sociedades ocidentais – onde melhor se encontra desenvolvida a sociedade civil –, o predomínio hegemônico da burguesia impôs à luta revolucionária características novas, ou seja, a utilização de modernas estratégias na ação prática na luta de classes. A substituição do combate na busca pela hegemonia exigiu ao partido revolucionário (o moderno Príncipe) tornar-se dirigente antes mesmo da investida ao poder do Estado, apropriando o apoio amplo das classes subalternas e desarticulando as fortificações avançadas da burguesia na sociedade civil.

³ O termo “hegemonia” provém do grego *eghestal*, que significa “ser guia”, “conduzir”, “ser líder”. Por *eghestonia* no antigo grego, entende-se a “direção suprema”.

O fascismo como resposta aos problemas do século XX: a reação das classes dominantes através de uma revolução passiva e a esterilização política das classes populares

Gramsci, no *Caderno 13* (1932-1934), investiga as causas do fracasso no processo de formação de uma vontade coletiva. Para fim indagativo, afirma o autor, os fundamentos inerentes às falhas devem partir do estudo histórico e econômico “[...] da estrutura social do país em questão e uma representação ‘dramática’ das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos” (GRAMSCI, 2020, p. 17). Por outro lado, no caso italiano, deve-se ir mais além: compreender a relação entre o Norte e o Sul, presente na análise a respeito da questão meridional. Qualquer formação, afirma o filósofo, de uma “[...] vontade coletiva nacional-popular, é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política” (GRAMSCI, 2020, p. 18). Por isso, no artigo intitulado *Alguns temas da questão meridional*, o autor sardo sublinha que a libertação das camadas semi-feudais sulistas, cuja maior expressão seria os camponeses cultivadores, deveria ser libertada pelos proletários urbanos do Norte setentrional, mais avançados na luta de classes.

O proletariado nortista deveria tornar-se a expressão dirigente e dominante na medida em que criaria “[...] um sistema de alianças de classes, que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população da classe trabalhadora” (GRAMSCI, 2020, p. 112). Assim, os proletários do Norte exerceriam a função histórica de conduzir, mas, o anunciador e organizador deveria ser o moderno Príncipe, ordenando uma reforma intelectual e moral. Essa reforma intelectual e moral conduziria a sociedade a desenvolver outra vontade coletiva nacional-popular, superando a civilização moderna e, conseqüentemente, o próprio capitalismo, cuja estrutura produtiva concede espaços para possíveis Estados autoritários (fascistas), em momento de crises orgânicas.

Com efeito, ultrapassar a civilização moderna ligada ao mundo burguês, é superar, portanto, a própria cultura burguesa, ou seja, os modos

de ser, de viver, pensamentos de uma época e valores. Entretanto, essa superação não é mecânica. Por isso, para haver uma reforma cultural, isto é, a ascensão das camadas mais baixas da sociedade, deve haver, anteriormente, uma profunda reforma econômica e uma modificação na posição social das classes dominadas (GRAMSCI, 2020, p 19). É por isso:

[...] que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. O moderno Príncipe, desenvolve-se, subverte todo o sistema de relações intelectuais e morais, uma vez que seu desenvolvimento significa de fato que todo ato é concebido como útil ou prejudicial, como virtuoso ou criminoso, somente na medida em que tem como ponto de referência o próprio moderno Príncipe e serve ou para aumentar seu poder ou para opor-se a ele. O Príncipe toma o lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume (GRAMSCI, 2020, p. 19).

A reforma intelectual e moral na acepção de Gramsci implica elevar, de baixo para cima, a consciência das massas populares, formando uma vontade coletiva que refaça a relação entre a estrutura e a superestrutura, criando outro “bloco histórico”. Em outras palavras, a reforma intelectual e moral apresenta-se para Gramsci como o “[...] único veículo de elevação cultural de massa, o único expediente capaz de promover a elevação do ‘senso comum’ partilhado pelas classes subalternas em nível teórico da filosofia da práxis” (NERES, 2012, p. 161).

Gramsci afirma, inclusive, que o Estado Burguês, no interior dessas relações, exerce o poder político-econômico das classes dirigentes, através de determinadas combinações de instituições políticas e militares. Pode-se afirmar, portanto, que o Estado burguês, no processo de

desenvolvimento da hegemonia dominante burguesa, modificou-se no interior de vários movimentos políticos, diante das condições históricas específicas de cada época; a saber: o Estado liberal; o Estado ditatorial; o Estado corporativo fascista; o Estado totalitário nazista.

Na verdade, o Estado, além de garantir, por meio da coerção ou do consenso, a perpetuação do modo de produção capitalista, adquire a tarefa educativa e formativa da sociedade dominada, adicionando e criando ulteriores categorias de civilização no seio desse processo. Assim, a incumbência do Estado burguês é adequar a “[...] ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (GRAMSCI, 2020, p. 23). Por consequência, se o Estado inclina-se a fabricar ou preservar uma dada forma de civilização, bem como de cidadão, também, a suprimir certos hábitos e disseminar outros.

De acordo com Gramsci, o Estado precisa ser concebido como “educador”, uma vez que se inclina a criar um ulterior tipo de civilização. No centro das forças econômicas da classe burguesa, o Estado reorganiza e desenvolve o aparelho de produção, mas também constrange e pune as forças insurgentes em momentos de sublevação social. Assim, o Estado, em períodos de fragmentação da hegemonia dominante, combate as forças sociais, antes passivas, porém, que se colocaram em movimento, desarticulando – de cima para baixo –, e corrompendo a formação da vontade coletiva vindas das classes baixas. Além disso, o Estado é concebido como o instrumento de racionalização e de implementação de novos métodos produtivos em determinados países – como ocorreu na Itália com a americanização e o Estado corporativo –, entretanto, sem grandes abalos no tecido sócio-econômico, conservando as relações de classes sem grandes atritos. Sobre isso, Gramsci escreve:

Na realidade, o Estado deve ser concebido como “educador” na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre forças econômicas, que

se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, já que criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou a omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica (GRAMSCI, 2020, p. 28).

Concretamente, na Itália, esse Estado assumiu a forma do Estado fascista. Na verdade, o Estado fascista se solidificou como o resultado da história capitalista nacional e internacional, na península mediterrânea. O regime, portanto, foi o resultado da fraqueza das classes dirigentes tradicionais no processo de unificação (o Risorgimento), bem como o produto direto da I Guerra Mundial; conflito encadeado pelas transformações do capitalismo e do processo de bolchevização. Além disso, o Estado fascista manifestou-se como coerção destinada a moldar e direcionar as massas populares segundo o tipo de produção econômica proveniente dos Estados Unidos (o americanismo). Para tal resultado, além do uso da violência, o regime autocrático cooptou (transformismo) as lideranças do movimento operário, bem como as ligadas aos liberais, imprimindo em solo italiano, uma revolução passiva assegurada pelo Estado corporativo fascista.

Ademais, o regime de Mussolini resolveu militarmente o desequilíbrio interno, determinado pelo confronto direto entre as classes fundamentais nos Conselhos de fábricas de Turim. O fascismo esteve ligado ao processo produtivo internacional, porém, agiu nacionalmente, sendo o instrumento de apoio das classes médias e “parasitárias”, sem função social. Por isso, o Estado fascista assumiu a roupagem de uma revolução passiva própria do século XX, diante das limitações expansivas do mundo burguês. Disso, resulta, portanto, que o processo de

fascistização esteve concretamente ligado às necessidades da burguesia frente aos problemas estruturais e superestruturais do presente: a crise de hegemonia das classes dominantes.

O conceito de hegemonia em Antonio Gramsci

Diante dos fatos apresentados, precisamos revelar alguns pontos do estudo do conceito de hegemonia em Gramsci. O conceito refere-se à direção das camadas dominadas e a sua dominação. A hegemonia de uma classe tende a construir um bloco histórico, isto é, efetivar uma unicidade de forças sociais e políticas discrepantes, conservando-as unidas. Portanto, a luta pela hegemonia envolve todas as esferas da sociedade: a base econômica, a superestrutura, a política e a ideologia. Mas, o processo de formação da hegemonia é demorado e carregado de intervenções.

Por isso, Gramsci, no *Caderno 13* (1932-1934), na nota intitulada, *Análise das situações: relações de força*, aponta quatro etapas necessárias até a solidificação da hegemonia de uma classe. De acordo com o filósofo, a primeira etapa é a “econômico-corporativa”, isto é, dentro do processo produtivo, um comerciante de sapatos manifesta a sua solidariedade com outro comerciante de sapatos, porém, não se assemelha ao fabricante de cadeiras; nesta fase, sente-se “[...] a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo” (GRAMSCI, 2014, p. 40). Já na segunda etapa, afirma o pensador, manifesta-se a consciência da solidariedade de interesses entre todos os integrantes do grupo social, mas apenas no campo econômico. O terceiro momento é aquele em que se adquire

[...] consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (GRAMSCI, 2014, p. 41).

Para Gramsci, esta fase é a mais política, pois ultrapassa a estrutura produtiva para as superestruturas. Neste contexto, a hegemonia da classe produtora começa a se consolidar, visto que as ideologias começam a se transformar em partido, entrando em confronto até que uma venha a prevalecer, a “[...] se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral” (GRAMSCI, 2014, p. 41). Por fim, na quarta etapa, o Estado é inaugurado como instituição própria do grupo hegemônico, tornando-se expressão dos interesses desse grupo. O Estado, portanto, é destinado:

[...] a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2014, p. 42).

Gramsci é reconhecido por desenvolver a teoria da hegemonia cultural. Segundo o autor, o conceito descreve como os Estados burgueses modernos utilizam, nas sociedades ocidentais, as instituições culturais, ou os aparelhos privados de hegemonia, visando a conservar o poder por meio do consenso. Essa relação, em tempos normais, prevalece em equilíbrio: caracteriza-se pela combinação da força e do consenso. A força não suplanta o consenso, mas ela parece apoiada no consenso da maioria, alicerçada nos chamados “órgãos da opinião pública”. O filósofo marxista compreende essas associações como os jornais, as revistas, as escolas, as

igrejas, assim como os partidos políticos. Esse corpo coletivo exerce a função de expandir a hegemonia dominante, incorporando o modo de vida burguês, bem como os seus valores, nas classes dominadas. É por isso que Gramsci afirma que nas sociedades ocidentais, nas trincheiras da guerra de posição, a força exerce menos função no exercício da hegemonia, porém, ela não desaparece completamente. No século XX, portanto, diante das crises do capitalismo e da fraca direção burguesa, as revoluções passivas, na forma do americanismo e do fascismo, asseguraram a retomada da taxa de lucro no âmbito do capitalismo (americanismo), e do consenso burguês (fascismo). Com efeito, Gramsci escreve:

O aspecto da crise moderna se lamenta como “onda de materialismo” está ligado ao que se chama de “crise de autoridade”. Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados (GRAMSCI, 2014, p. 187).

Verifica-se que em determinados momentos de desenvolvimento dessa hegemonia, os grupos sociais se desprendem de seus partidos convencionais, ou seja, os “[...] partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe” (GRAMSCI, 2014, p. 60). Gramsci aponta o perigo da situação, pois, quando se confirmam essas crises, a conjuntura sócio-política torna-se frágil e perigosa, abrindo espaços para solução de forças, simbolizadas por figuras “[...] ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos” (GRAMSCI, 2014, p. 60). O pensador marxista aponta que o processo é distinto em cada país – devido às diferentes formas de desenvolvimento –, porém, o conteúdo é sempre o

mesmo: a crise relacionada ao processo expansivo do mundo burguês. Segundo o autor, essa crise ocorre:

[...] porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra) ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 2014, p. 61).

Neste contexto de crise orgânica, o embate entre os dois partidos tradicionais – um ligado aos interesses dos grandes capitalistas, o outro aos desejos das classes dominadas –, não avançam na guerra de posição, muito menos solucionam as contradições das classes tradicionais. Nessa fissura hegemônica, os partidos burgueses não conseguem mais dirigir as massas populares, muito menos conformar o mundo burguês – ainda dominante, porém, com a direção fragilizada – nas classes baixas. Por isso, Gramsci afirma que nesse momento de profundo abalo no consenso das classes dirigentes, abrem-se as portas para os líderes carismáticos; sujeitos dispostos a tudo, não evitando em utilizar a força contra os adversários políticos, sejam através de milícias armadas, bem como pela própria estrutura coercitiva do Estado (sociedade civil). Na compreensão do autor italiano, a crise de hegemonia faz com que as classes dominantes abduque da sua direção por determinado tempo, isto é, períodos necessários até a reorganização da sociedade sob a sua égide. Assim, as classes dominantes cedem espaços para potências que representam forças ocultas, até “[...] a recuperação do consenso, mantendo, porém, a hegemonia” (SAID, 2014, p. 610).

O conceito político de “cesarismo progressivo” e “cesarismo regressivo” nos *Cadernos do Cárcere*, de Antonio Gramsci

A preocupação do autor marxista o direciona a pensar na real base de apoio dos regimes autocráticos. O fascismo foi uma nova forma de fazer política no Ocidente, utilizando as grandes massas sedentas pelo exercício político, porém, de modo desordenado, no centro dos interesses dominantes. A base de apoio desses líderes carismáticos é sempre a humanidade residual, não absorvida pelos partidos de esquerda, ausentes de uma vontade coletiva. Esse material decadente e inorgânico foi apontado por Marx como os gatunos, os trapaceiros, os funileiros, os batedores de carteiras, ou seja, toda massa “[...] indefinida, desestruturada e jogada de um lado para o outro” (MARX, 2018, p. 91). O resultado – no sistema produtivo burguês – é sempre o mesmo: desarticular todo um povo, que na busca revolucionária, acreditou ter obtido a força motriz necessária para os avanços históricos, bem como na criação de melhores e mais justas relações produtivas. Por isso, Gramsci percebeu a necessidade de definir essa relação conceitualmente. No *Caderno 12* (1932), o autor sublinha:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do

prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, p. 18).

Evidencia-se, portanto, na nota intitulada, Observações sobre alguns aspectos da estrutura dos partidos políticos nos períodos de crise orgânica, presente no *Caderno 13* (1932-1934), a importante definição de Gramsci, a respeito do fascismo como revolução passiva. A crise orgânica desenvolveu episódios iminentes e perigosos, já que os “[...] diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo” (GRAMSCI, 2014, p. 61).

Por outro lado, as classes dominantes, possuindo um numeroso grupo bem treinado, assim como intelectuais orgânicos devidamente organizados, “[...] muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas” (GRAMSCI, 2014, p. 61). Nesta conjuntura, as classes dirigentes, ao sacrificarem a sua função de comando, lançam toda a sociedade no obscurantismo imposto pelas relações fascistas, porém, resgatam o poder; reforçando-o “[...] momentaneamente e dele se servem para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados” (GRAMSCI, 2014, p. 61). No entanto, quando a crise orgânica, ou crise de autoridade, não encontra uma solução orgânica, afirma o autor, necessita de um chefe carismático, significa que existe uma estabilidade entre as forças; que o enfrentamento contínuo pode levar à destruição de ambos os grupos. Quer dizer, a força A (progressista) não avança na disputa hegemônica, pois, é impedida pela força B (regressiva); ao passo que a força B (regressiva) se vê impossibilitada de se expandir diante da resistência efetiva da força A

(progressista). Essa relação dialética é conceituada por Gramsci, como “equilíbrio estático”. Assim, no centro do “equilíbrio estático”, uma terceira força se apresenta: a força C (no caso italiano, o fascismo). Essa força militar-reacionária, porém, subserviente aos interesses dominantes, subordina o que resta da força A (progressista), bem como da força B (repressiva). Gramsci definiu esse enfrentamento de concepções de mundo, na famosa frase: “[...] o velho está morrendo e o novo não pode nascer” (GRAMSCI, 2014, p. 187). Diante disso, o filósofo afirma que a crise impõe até mesmo às classes dominantes a necessidade de um senhor. Sobre isso, Gramsci aduz:

Quando a força progressista A luta contra a força regressiva B, não só pode ocorrer que A vença B ou B vença A, mas também pode suceder que nem A nem B vençam, porém se debilizem mutuamente, e uma terceira força C, intervenha de fora, submetendo o que resta de A e de B (GRAMSCI, 2014, p. 77).

Sobre isso, Gramsci descreve no *Caderno 13* (1932-1934), na nota denominada por Cesarismo, os eventos históricos que canalizaram a figura de um líder carismático, assim como a sua expressão no regime fascista. Pode-se afirmar que o cesarismo exprime uma situação na qual as forças em disputa se nivelam de modo catastrófico, onde a “[...] continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca” (GRAMSCI, 2014, p. 77). Gramsci, portanto, nos assegura que o cesarismo, apesar de expressar sempre uma solução arbitrária, creditada a uma grande personalidade, nem sempre possui o mesmo significado histórico. Com efeito, Gramsci escreve que pode existir um cesarismo progressista, como também um cesarismo regressivo, e, a análise dessas duas formas políticas, só pode ser reconstruída “[...] a partir da história concreta e não de um esquema sociológico” (GRAMSCI, 2014, p. 77). Apresenta-se como cesarismo progressista quando a sua interferência faz avançar as forças progressistas.

O autor identifica César (100 a.C-44 a.C)⁴ e Napoleão I (1769-1821)⁵, como exemplos de cesarismo progressista.

No que tange ao cesarismo regressivo, o autor italiano preconiza essa intervenção política como a responsável por ajudar a triunfar as potências retrógradas da sociedade, em momentos de turbulência social. Gramsci qualificou como cesarismos regressivos figuras políticas como Otto Eduard von Bismarck (1815-1898)⁶ e Luis Bonaparte III (1808-1873)⁷. A característica principal desses modelos de cesarismos regressivos manifesta-se na categoria interpretativa de revolução passiva. Ou seja, eles impedem em momentos de crises que as forças progressistas da sociedade avancem na luta de classes. Sobre essas duas formas de cesarismos, vejamos o que escreveu o revolucionário italiano:

O cesarismo é progressista quando sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a força regressiva a triunfar, também neste caso com certos compromissos e limitações, os quais, no entanto, têm um valor, um alcance e um significado diversos daqueles do caso anterior. César e Napoleão I são exemplos de cesarismo progressista. Napoleão III e Bismarck, de cesarismo regressivo. Trata-se de ver se, na dialética revolução-restauração, é o elemento revolução ou o elemento restauração que predomina (GRAMSCI, 2014, p. 77).

⁴ Caio Júlio César (100 a.C-44 a.C) foi um líder militar de Roma. Desempenhou a função de transformar a República Romana em Império Romano

⁵ Napoleão Bonaparte (1769-1821) foi um líder político e militar durante os estágios finais da Revolução Francesa (1789-1799). Assumindo o nome de Napoleão I, exerceu a função de Imperador entre 1804-1814 posição que ocupou novamente por poucos meses em 1815.

⁶ Otto Eduard von Bismarck (1815-1898), ou Príncipe de Bismarck, foi um nobre, diplomata e político prussiano.

⁷ Napoleão III (1808-1873) foi o 1º Presidente da Segunda República Francesa e, depois, Imperador dos Franceses do Segundo Império Francês.

Nesse sentido, o cesarismo simbolizado por César e por Napoleão I, representou o período histórico da passagem de um modelo de Estado para outro. Por isso, pode ser caracterizado como cesarismo progressivo, ou seja, houve, de fato, um avanço nas relações históricas. Ao contrário do que foi efetivado pelos dois líderes políticos progressistas, com Bismarck e Napoleão III, o cesarismo exerceu a função de conservar, ou seja, não houve a “[...] passagem de um tipo de Estado para outro, mas só “evolução” dentro do mesmo tipo, segundo uma linha ininterrupta” (GRAMSCI, 2014, p. 78).

De acordo com essa teoria, no século XX, o conceito de cesarismo regressivo adquire novas características, porém, mantendo o conteúdo restaurativo incólume. Para Gramsci, na época do parlamentarismo, dos grandes partidos políticos, das trincheiras das guerras de posições, as soluções cesaristas podem ocorrer sem as grandes figuras do passado, a exemplo de Bismarck e Napoleão III. A verdade é que o cesarismo regressivo passa a ser mais policial do que militar; ele se moderniza. O conceito de polícia deixa de ser apenas o órgão de repressão do Estado, passando a atuar também nos conjuntos das instituições organizadas do próprio Estado, como os partidos políticos e as organizações econômicas. O autor afirma que o cesarismo:

[...] é uma fórmula polêmico-ideológica e não um cânone de interpretação histórica. Pode ocorrer uma solução cesarista mesmo sem um César, sem uma grande personalidade “heróica” e representativa. Também o sistema parlamentar criou um mecanismo para tais soluções de compromisso. Os governos “trabalhistas” de Mac Donald eram, num certo grau, soluções dessa natureza; o grau de cesarismo elevou-se quando foi formado o governo com Mac Donald primeiro-ministro e a maioria conservadora. Da mesma forma, na Itália, em outubro de 1922, até o afastamento dos “populares” e depois, gradualmente, até 3 de janeiro de 1925, e ainda até 8 de novembro de 1926, verificou-se um movimento político-histórico em que diversas gradações de cesarismo se sucederam até atingir uma forma mais pura e permanente,

embora também esta não imóvel e estática (GRAMSCI, 2014, p. 77-78).

É evidente que o fascismo foi na prática uma ação cesarista regressiva. Podemos afirmar historicamente que em 1922, o fenômeno deixa de ser movimento miliciano e passa a ser regime político institucionalizado pelo Estado. De acordo com essa teoria ligada à filosofia da práxis, no século XX, o conceito de cesarismo regressivo adquire novas características, porém, mantendo o conteúdo restaurativo inalterado. Para Gramsci, na época do parlamentarismo, dos grandes partidos políticos, das trincheiras das guerras de posições, as soluções cesaristas podem ocorrer sem as grandes figuras do passado, a exemplo de Bismarck e Napoleão III. A verdade é que o cesarismo regressivo passa a ser mais policial⁸.

Outra advertência importante a respeito do fascismo está presente no Caderno 3 (1930), na nota designada como, Passado e presente. Espontaneidade e direção consciente. No escrito, podemos observar a maturidade do pensador italiano ao investigar os movimentos anunciados como “espontâneos”. Os movimentos “espontâneos” devem ser acompanhados e organizados por partidos ligados às classes proletárias. No entanto, não foi o que ocorreu na Itália nas primeiras décadas do século XX. O autor sublinha que as organizações de esquerda ao desprezarem os movimentos proferidos como “espontâneos”, ou seja, declinar-lhes uma direção consciente, deixando de inseri-los no plano superior da luta política, frequentemente, geram consequências graves e sérias a esses grupos. Por isso, Gramsci afirma que quase sempre “[...] um movimento

⁸ Assim, como, no dia 3 de janeiro de 1925, Mussolini eliminou os últimos resquícios da democracia italiana, após a repercussão negativa do assassinato do socialista, Giacomo Matteotti. O dia 8 de novembro de 1926, data citada por Gramsci na nota acima, refere-se ao período em que o partido fascista decreta as leis mais duras do regime: as “leis para a defesa do Estado”. Como resultado, essas legislações foram as responsáveis por eliminar formalmente as organizações resistentes que faziam oposição ao regime autocrático. Gramsci, inclusive, é preso ao promulgar-se esses novos termos de exceção. Nesse sentido, o cesarismo moderno seria mais policial investigativo do que militar, precisamente por empregar todos os mecanismos investigativos para restaurar e manter as forças adversas em condição de subalternidade.

“espontâneo” das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante” (GRAMSCI, 2014, p. 200). Uma crise econômica, por exemplo, não determina esses agrupamentos “espontâneos”, porém, agiliza a turbulência social que leva as condições de nascimento desses grupos. As crises econômicas são definitivas para o descontentamento das classes subalternas, lançando-as desorganizadas na luta política, onde complôs são ordenados pelos “[...] grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado” (GRAMSCI, 2014, p. 200). Outra matéria que também refletiu sobre essa questão dos movimentos “espontâneos”, refere-se a sua não continuidade histórica. Assim, Gramsci afirma no Caderno 11 (1832-1933), que as construções arbitrárias são “[...] mais ou menos rapidamente eliminadas pela competição histórica, ainda que por vezes, graças a uma combinação de circunstâncias imediatas, consigam gozar de certa popularidade” (GRAMSCI, 2011, p. 111).

Recordemos que a revolução passiva enquanto reação fascista foi a resposta das classes dirigentes tradicionais italianas ao impacto deixado na hegemonia burguesa causada, principalmente, pela I Guerra Mundial (1914-1918), e pela Revolução de Outubro, bem como pela crise de autoridade que esses dois eventos desencadearam. Mas não apenas: essa revolução-restauração representou a resistência das classes médias e tradicionais da Itália, frente à modernização do capitalismo – no enfrentamento da queda tendencial da taxa de lucro –, imposto pelo americanismo, este exigindo outra composição demográfica. Assim, seguindo o pensamento de Gramsci, pode-se afirmar que a revolução passiva, no caso do fascismo, foi a guerra de posição conduzida pelas classes dominantes contra as classes subalternas em processo de emancipação política, como a adequação do enfrentamento político ligado à guerra de posição, visto que as classes subalternas não poderiam sair vitoriosas no confronto direto (ataque frontal) – a exemplo dos eventos travados no processo de consolidação do mundo burguês, nas décadas anteriores. Por isso, com o fim das guerras de movimento, tal como pela impossibilidade da revolução ativa, paralisada pelo que Gramsci chamou de “equilíbrio catastrófico”, abriu-se espaço para as revoluções-

restaurações – sob a direção das classes dominantes –, que viram seus projetos de classes paralisados. Portanto, Gramsci afirma que a guerra de posição exige, nesses momentos de agitação social, enormes sacrifícios de massas imensas de população:

[...] por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais “intervencionista”, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a “impossibilidade” de desagregação interna: controles de todo o tipo, político, administrativos, etc., reforço das posições hegemônicas do grupo dominante (GRAMSCI, 2014, p. 259).

No caso intervencionista, na Itália, isso se deu “praticamente” com o fascismo; na tomada ofensiva, organizada, efetivamente, na forma de uma revolução passiva; sendo o controle político, executado na configuração política do cesarismo moderno regressivo.

O partido fascista se efetivou, de fato, nas bases dos elementos dispersos da sociedade, atraídos para a sua órbita por sua retórica nacionalista, sonora e marcial. Segundo essa perspectiva, Gramsci desenvolveu alguns temas centrais a respeito do partido político que executa a função de polícia. Segundo ele, todo partido político pode e deve exercer a função de polícia, porém, existem os partidos que desempenham a função de polícia progressivamente, ao passo que outros partidos, regressivamente. O fato é que alguns partidos – a exemplo do Partido Nacional Fascistas (PNF) –, representam a função de polícia, para conservar a ordem existente, extrínseca, atuando como o freio das forças vivas da história. O partido é reacionário, pois atua no núcleo de uma revolução passiva, pois, aspira reprimir as classes baixas, e manter na legalidade as classes ultrapassadas, anti-históricas, e em crise. Por outro lado, existem os partidos (ou deveriam existir) que conduzem o povo a outro nível de civilização, onde a função de polícia é entendida como progressista – a título de exemplo, o moderno Príncipe. Portanto, quando o partido é “[...] progressista, funciona ‘democraticamente’ (no sentido de um centralismo democrático); quando o partido é reacionário, funciona

‘burocraticamente’ (no sentido de um centralismo burocrático)” (GRAMSCI, 2014, p. 312). Desta forma, o partido regressista é também cesarista (moderno), pois não ordena a sociedade subalternizada ao novo mundo, assim como não permite a organização social rumo a outro Estado – que tende a desaparecer⁹ –, porém, conservam o velho, o retrógrado, os valores ultrapassados. Seguindo essa perspectiva, Gramsci esclarece:

Ocorre sempre que os indivíduos pertencem a mais de uma sociedade particular e muitas vezes as sociedades que estão essencialmente (objetivamente) em contraste entre si. Uma política totalitária tende precisamente: 1) a fazer com que os membros de um determinado partido encontrem neste único partido todas as satisfações que antes encontravam numa multiplicidade de organizações, isto é, a romper todos os fios que ligam estes membros e organismos culturais estranhos; 2) a destruir todas as outras organizações ou a incorporá-las num sistema cujo único regulador seja o partido. Isto ocorre: 1) quando um determinado partido é portador de uma nova cultura e se verifica: uma fase progressista; 2) quando um determinado partido quer impedir que outra força, portadora de uma nova cultura, torna-se “totalitária”; verifica-se então uma fase objetivamente regressiva e reacionária, mesmo que a reação não se confesse como tal (como sempre sucede) e procure aparecer como portadora de uma nova cultura (GRAMSCI, 2014, p. 257).

Combinado com o fato que os partidos políticos estão imersos na organização do Estado burguês (Estado integral), sendo correto definir Estado como sociedade civil mais sociedade política, isto é, hegemonia encorajada de coerção, pode-se afirmar que o Estado burguês – sendo a expressão das classes dominantes – atua na afirmação estrutural do

⁹ Gramsci afirma que o partido revolucionário conduzirá a sociedade a anular a divisão de classes. A finalidade do partido revolucionário é ultrapassar a “necessidade para uma vida de liberdade”; assim, nessa relação de “liberdade”, o partido perderá a sua função, desaparecendo. As classes, bem como as suas contradições – cerne onde o partido revolucionário atua –, deixariam de existir.

capitalismo: relação entre dirigidos e dirigentes. O Estado burguês pode vir a desempenhar funções coercitivas quando elementos de uma sociedade regulada (Estado ético) se fizerem presentes. A expressão definida por Gramsci de sociedade regulada informa a possibilidade de um Estado sem Estado, ou seja, onde as relações entre indivíduos são igualitárias, passíveis de aceitarem as leis livremente, e não através da coerção de uma classe. Gramsci, porém, tem clareza que a relação entre dirigidos e dirigentes não passa de uma construção histórica. Segundo o filósofo, essa divisão não é algo perpétuo na história humana, mas o resultado da narrativa histórica humana. Portanto, a separação entre as duas classes fundamentais – no capitalismo – é a afirmação da vida pela divisão não coletiva e igualitária do trabalho. Essa relação sócio-econômica é a base estrutural do mundo burguês, o tecido social que as classes dirigentes tradicionais esforçam-se para conservar. Por isso, o autor escreve categoricamente que os partidos políticos regressivos – atuando de forma cesarista –, conservam o princípio básico do mundo burguês: a correlação hegemônica entre governantes e governados. Assim, a partir dessa definição, Gramsci escreve que os partidos políticos são “[...] até agora o modo mais adequado para elaborar os dirigentes e a capacidade de direção” (GRAMSCI, 2014, p. 331). Pois, na verdade:

[...] os “partidos” podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartidos e de “negação dos partidos”; na realidade, até os chamados “individualistas” são homens de partido, só que gostariam de ser “chefes de partido”, pela graça de Deus ou da imbecilidade dos que os seguem (GRAMSCI, 2014, p. 331).

Concretamente, Gramsci conceitua o fascismo como revolução passiva, no *Caderno 10* (1932-1935), nomeado por: A filosofia de Benedetto Croce. O Caderno contém a nota intitulada, Paradigmas de história ético-política, onde o pensador afirma que a história europeia, após a insurreição iniciada na Revolução Francesa (1789), responsável por estremecer os velhos regimes, se condensou, no final, em fragmentos passivos. É sabido que a Revolução Francesa foi a portadora de uma

explosão poderosa “jacobino-napoleônica”, porém, em grande parte do continente europeu, inclusive na Itália, as pretensões burguesas foram satisfeitas com pequenas porções de uma revolução-restauração. Essa revolução inativa ocorreu legalmente, tendo o apoio das classes altas, dirigida por ela, de modo reformista, conseguindo salvar posições periclitantes das velhas classes política e econômica feudais, evitando “[...] a reforma agrária e, notadamente, evitar que as massas atravessassem um período de experiências políticas similares às da França nos anos do jacobinismo, em 1831, em 1848” (GRAMSCI, 2011, p. 298-299).

Gramsci, portanto, compreende que na modernidade, o fascismo foi o responsável por executar a função de passivização das massas subalternas, como, também, manter no comando as classes dirigentes tradicionais. As reformas pelo alto empregado pelo regime coercitivo efetivou na estrutura econômico-social pequenos abalos, frente a necessidade exigida pela modernização imposta pelo americanismo. Mais notadamente, o filósofo italiano, assegura-nos que os “[...] primeiros anos de seu desenvolvimento, o fascismo afirmou-se ligado à tradição da velha direita ou da direita histórica” (GRAMSCI, 2011, p. 299). Assim, a hipótese ideológica poderia ser apresentada nestes termos:

[...] ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro). No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumulam gigantescos capitais (GRAMSCI, 2011, p. 299).

Neste sentido, Gramsci avança em sua análise demonstrando que o fascismo, na prática, desencadeou na península mediterrânea, pequenos ajustes na economia, mas, também, atuou coercitivamente na esterilização política das massas subalternas. Por isso, o regime comandado por Mussolini, serviu:

[...] para criar um período de expectativas e de esperanças notadamente em certos grupos italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais, e, conseqüentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais (GRAMSCI, 2011, p. 299-300).

Em virtude dos fatos apresentados, podemos afirmar que o fascismo foi a adequação às necessidades dos novos tempos. O regime autocrático adaptou-se ao elemento político moderno de uma guerra de posição no enfrentamento ligado ao campo econômico, assim como atuou na forma de uma revolução passiva no terreno ideológico. Gramsci afirma que:

Na Europa de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870; na época atual, a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico (para a Europa), é o fascismo (GRAMSCI, 2011, p. 300).

Considerações finais

Em resumo, o fascismo se apresentou como a antítese da revolução ativa. Neste cenário, os componentes a serem trabalhados são sempre as classes subalternas. Elas são esvaziadas da sua luta revolucionária, são suavizadas na incumbência de conceber um novo Estado, capaz de corresponder às suas necessidades de classes.

Assim, ao invés do aparelho do Estado se modernizar através de uma revolução ativa, ele retrocede implementando pequenas modificações reformistas. Essas transformações, portanto, ocorrem molecularmente mantendo as classes tradicionais no poder. O fascismo arquitetou, através da violência institucionalizada, o conformismo passivo, desinteressado e obediente nas camadas dominadas pelo grande capital. Por isso, o regime autocrático necessitou fazer do proletariado ativo, um subalterno.

Por todos esses aspectos apresentados, as revoluções passivas são armadilhas desenvolvidas pela classe burguesa, visando manter o seu poder da classe dominante e dirigente. As revoluções passivas são, portanto, estratégias para manter a hegemonia das classes dirigentes fragilizadas, podendo criar as condições para aquilo que Marx chamou de etapa de revolução. Nesse processo, as classes dominantes fazem sacrifícios temporários, submetendo a sua direção a governos totalitários, como foi o caso da burguesia italiana, apoiando o fascismo no momento em que viu a sua autoridade vulnerável. Por isso, as revoluções passivas são revoluções inativas precisamente porque não superam um modo de produção por outro, mas mantêm as bases produtivas do mundo burguês. Assim, como afirmado no texto aqui apresentado, as classes dominantes – após engendrarem essas revoluções restaurações –, recuperaram vertiginosamente a direção fragmentada, como no caso do fascismo.

Conclui-se, portanto, que toda mudança ocorrida através das revoluções passivas, verifica-se para manter a propriedade e a exploração do capital sobre os trabalhadores. Essa transformação pelo alto muda homens e programas, atualizam os métodos de trabalho, mas a exploração, porém, continua. Com efeito, Gramsci afirma que essas revoluções passivas não acontecem a qualquer momento. Elas se manifestam sempre quando pode haver uma radical transformação social. Por isso, é correto afirmar que ela existe quando se manifesta na superestrutura uma crise orgânica, atingindo também o Estado, possibilitando a organização das classes opostas às dominantes, buscando o fim da propriedade privada. No interior dessas crises, a possibilidade das classes subalternas avançarem existe, buscando novos métodos produtivos, bem como desenvolvendo no

interior do processo outra Cultura através de uma reforma intelectual e moral.

Referências

- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*: por uma teoria marxista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci, o homem filósofo*. Trad. Rita Matos Coitinho. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. vol. 1. 5 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. vol. 3. 6 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. vol. 4. 5 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. vol. 5. 4 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. 8 ed. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MARX, Karl. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NERES, Geraldo Magella. *Gramsci e o “moderno príncipe”*. *A teoria do partido nos Cadernos do cárcere*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- SAID, Ana Maria. *Pensar a sociedade contemporânea*: a atualidade do pensamento de Marx e Gramsci. Uberlândia: Edufu, 2014.
- SAID, Ana Maria. *Uma estratégia para o Ocidente*: o conceito de Democracia em Gramsci e o PCB. Uberlândia: Edufu, 2009.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. São Paulo: Ideias e Letras, 2017.

Data de registro: 28/05/2021

Data de aceite: 14/08/2021